



ESTADO DO TOCANTINS  
POLÍCIA MILITAR  
COMANDO DO POLICIAMENTO DA CAPITAL

DIRETRIZ Nº 001-2017, DE NOVEMBRO DE 2017: REGULA A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR JUNTO ÀS RCS – REDES COMUNITÁRIAS DE SEGURANÇA, NO ÂMBITO DO CPC – COMANDO DO POLICIAMENTO DA CAPITAL.



Palmas 2017

COMANDANTE GERAL DA PMTO  
CEL QOPM EDVAN DE JESUS SILVA  
CHEFE DO ESTADO-MAIOR  
CEL QOPM MARCELO FALCÃO SOARES  
COMANDANTE DO POLICIAMENTO DA CAPITAL  
TEM CEL QOPM CLÁUDIO THOMAZ COELHO DE SOUZA  
REDAÇÃO DA DIRETRIZ:  
CAP QOPM GLEIDISON ANTÔNIO DE CARVALHO  
CAP QOPM THIAGO MONTEIRO MARTINS  
CAP QOPM RICARDO THADEU DIAS DE MACEDO  
SUBTEN QPPM RAIMUNDO ALVES FERREIRA  
FUNCIONÁRIA CIVIL IRENE SANTOS MENEZES SANTANA  
REVISÃO TÉCNICA DA DIRETRIZ:  
CAP QOPM GLEIDISON ANTÔNIO DE CARVALHO  
REVISÃO GRAMATICAL:  
1º TEN QOPM DERVAL NERES CARDÔ



**ESTADO DO TOCANTINS**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**COMANDO DO POLICIAMENTO DA CAPITAL**

**Palmas, 14 de novembro 2017.**

**DIRETRIZ Nº 001/2017 - CPC**

**REGULA A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR JUNTO ÀS RCS – REDES  
COMUNITÁRIAS DE SEGURANÇA, NO ÂMBITO DO CPC**

**INTRODUÇÃO**

A segurança pública, na atualidade, enfrenta desafios para a prestação dos serviços previstos constitucionalmente. Um desses desafios está em reduzir, gradativamente, o distanciamento entre a comunidade e os órgãos de segurança pública. Por razões históricas, este distanciamento ainda persiste, mas, no Brasil, desde o final do século passado, esses órgãos têm buscado esta aproximação para, juntos, procurarem detectar, priorizar e solucionar os problemas que afligem a comunidade local. Sem esta aproximação, tanto prevista constitucionalmente, quanto necessária, a sensação de segurança e os índices criminais podem ficar comprometidos.

Em meio às medidas que mais se destacam nessa aproximação entre os envolvidos está a proposta da polícia comunitária, que é um modelo de polícia preventiva que objetiva aproximar os policiais da população e fortalecer a confiança da sociedade nas instituições policiais do Estado. Esse modelo objetiva assegurar maior legitimidade social para o desenvolvimento do seu trabalho e a participação da população como parceira na prevenção de crimes, medo do crime e desordens. O policiamento comunitário é um projeto que se desenvolveu nas décadas de 1970 e 1980, quando organizações policiais, em diferentes países da América do Norte e da Europa ocidental, começaram a promover inovações na sua estrutura e funcionamento e na forma de lidar com o problema da criminalidade.

Entretanto, os modelos desenvolvidos nesses países tiveram por base uma nova estrutura de polícia, orientada para um novo modelo de policiamento mais voltado para a comunidade, questão ainda nova no Brasil, mas de grandes resultados.

Na contemporaneidade, as propostas de aproximação passam sempre por inovações porque, além de contribuir para aproximá-los da população, contribui

para as atividades do policiamento comunitário, na medida em que pode bem administrar diversos conflitos sociais e auxiliar no desenvolvimento da cultura da paz. As propostas de aproximação tanto dos órgãos de segurança pública entre si e população geral, quanto aproximação da própria população consigo mesma, mostram que interferem positivamente na sensação de segurança, questão apreçoada pelos órgãos nacionais de segurança pública, como, também, regionais.

A construção de uma segurança cidadã objetiva, de um lado, o trabalho integrado da polícia e da comunidade; e de outro, a contenção e a prevenção da violência. Tais fatores somente poderão ser alcançados se cada membro, interligado em rede, possa cooperar para que a engrenagem social funcione, de fato.

A presente Diretriz das Redes Comunitárias de Segurança visa subsidiar os comandos das unidades a trabalhar em rede, integrados, bem como mostra alternativas viáveis no que se refere à instituição de treinamento e capacitação do efetivo para atendimentos cidadãos, solidários ou monitorados, de acordo com o POP – Procedimento Operacional Padrão da PMTO.

Auxiliar o comando nesta decisão de aproximar a polícia da comunidade visa ainda garantir os trabalhos já realizados, mas de forma técnica, uniforme e padronizada, fazendo com que as unidades operacionais continuem seus trabalhos e ações de polícia comunitária, agora sob o viés de uma bandeira, uma marca: as REDES COMUNITÁRIAS DE SEGURANÇA.

## **FINALIDADES DA DIRETRIZ**

- Regular as RCS – Redes Comunitárias de Segurança, na área do Comando do Policiamento da Capital;
- Fixar normas para criação e utilização das RCS nas unidades operacionais vinculadas ao CPC;
- Padronizar as ações, projetos e eventos das RCS;
- Instruir o público interno e externo sobre as RCS e suas formas de incidência;
- Vincular as ações das RCS como pressuposto norteador de Ações de Polícia Comunitária.

## **FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA E DOUTRINÁRIA**

As propostas das RCS baseiam-se nas interações, sejam de ordem institucional, interinstitucional ou comunitárias, através do fomento às práticas sociais, interacionais e, sobretudo, nas organizações sociais. Assim, a fundamentação teórica entrelaça redes comunitárias, organizações sociais e polícia comunitária.

Num primeiro momento, ressalta-se o que vem a ser organização social:

Segundo Blau e Scott (1970), o termo organização social está diretamente relacionado às maneiras de conduta humana organizadas socialmente. O caráter social a elas conferido deve-se muito mais às regularidades observadas no comportamento das pessoas do que às características fisiológicas ou psicológicas do indivíduo. O ponto central da organização, dizem os autores, é definido pela formação de redes de relações sociais entre indivíduos e grupos, os quais também definem as estruturas de posições. Mas para formarem um todo, necessita-se de um sistema de crença e orientações compartilhadas que os oriente (BLAU&SCOTT, 1970, p.15-16)

Outra análise necessária para fundamentar a questão das redes comunitárias, via parceria entre polícia e comunidade, gira em torno da perspectiva psicossocial das redes comunitárias, a partir de Montero (2004), que as define como:

uma trama de relações que mantém um fluxo e refluxo constante de informações e mediações organizadas e estabelecidas em prol de um fim comum: o desenvolvimento, o fortalecimento e o alcance de metas específicas de uma comunidade em um contexto particular. (Montero: 2004, p.181-182)

Segundo, ainda, estes trabalhos, é importante ressaltar que a articulação das pessoas em torno de um interesse comum é, sem sombra de dúvidas, um passo importante para a consecução dos objetivos preconizados na filosofia e estratégia organizacional de polícia comunitária, de proximidades. São percebidas, nesta interação entre os órgãos de segurança pública e sociedade, uma série de características que permitem identificar tais redes dentro do processo de organizações sociais. Segundo Calegare (2010):

- a. a pluralidade e diversidade dos membros; as distintas visões de cada um de como conduzir as ações; as inter-relações entre eles; a dinâmica dessas relações; a interdependência entre os integrantes;
- b. a construção das ações coletivas; a participação e compromisso de cada um e do coletivo como um todo;
- c. as divergências e convergências; os pontos de tensão e negociação; a capacidade de construção e reconstrução de cada rede;
- d. o intercâmbio de experiências e informações; a cogestão; a repartição de conhecimentos e poderes compartilhados;
- e. a afetividade, filiação e solidariedade. (CALEGARE: 2010)

Já em torno do conceito de polícia comunitária, Trojanowicz (1994) faz uma definição clara do que é Polícia Comunitária:

É uma filosofia e estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área. (TROJANOWICZ 1994)

Para fins de condução dos trabalhos referentes às filosofias e estratégias organizacionais de polícia comunitária, serão adotadas, no âmbito do CPC, as diretrizes emanadas nos manuais de Promotor e Multiplicador de Polícia Comunitária, da SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública. O referencial passou a ser adotado, pelas polícias no Brasil, a partir das formações desempenhadas pela SENASP e, assim, faz parte da qualificação já disseminada pelo Tocantins.

Desta maneira, então, as RCS são Redes de integração entre a comunidade, Polícia Militar e demais órgãos de segurança pública, para que, juntas, identifiquem, priorizem e resolvam os problemas que afligem a comunidade local, sobretudo a partir da estruturação em redes, cujo ponto central estratégico é a disseminação de informações, ordens e argumentos, atingindo o maior público mobilizado e mobilizador possível.

## **ORIGEM E DESENVOLVIMENTO**

As RCS surgiram em 2014, quando quadras da capital resolveram se reunir, em parceria com a PM, para que pudessem analisar, priorizar, decidir e agir em pontos sensíveis e vulneráveis, em torno da segurança pública. Teve como exemplo a Quadra 110 Sul, cuja participação da população foi fomentada pelo então CPC, que, à época, possuía residência naquela quadra. O intuito era interagir para identificar, priorizar e buscar soluções para problemas voltados à criminalidade e prevenção.

A proposta ganhou mais ênfase quando o 1º Batalhão incluiu os CPUs - Comando de Policiamento Urbano, nos grupos formados por aplicativos de redes sociais, ocorrendo, com isso, que, em menos de três meses, já foi notada a eficiência na interação comunicacional dos moradores da quadra com a Polícia Militar.

No ano de 2015, através do retorno da Patrulha Comercial da unidade, a proposta foi expandida para outras quadras da capital, ocorrendo isso de forma sistematizada. A estruturação da RCS Comercial iniciou com um Grupo de Segurança na Av. LO-27, como Projeto Piloto, e, sendo verificada sua viabilidade de aplicação, foram sendo reestruturados novos grupos e estendidas as áreas comerciais da capital, alcançando também a área da 5ª Companhia Operacional, sediada no distrito de Luzimangues.

Na área do 6º Batalhão PM, as ações de polícia comunitária já estavam sendo realizadas através das Bases de Polícia Comunitária, Patrulhas escolares e comerciais, bem como atuações do PROERD. Esta unidade passou também a integrar os aplicativos de interação comunitária de escolas e outro de moradores, trabalhando essa aproximação de forma mais intensa.

No ano de 2016 as propostas foram sendo ampliadas, congregando não somente outras instituições da segurança pública, mas, trazendo mais parceiros, públicos e privados, para a Rede. Palestras e ações cívico-sociais passaram a fazer parte da realidade cotidiana das unidades.

No ano de 2013, o POP – Procedimento Operacional Padrão foi trazido para a PMTO, mas, somente em 2015, as unidades começaram a ser

multiplicadas pelo POP Ações de Polícia Comunitária, processo esse que contempla as Visitas Cidadã e Solidária, Monitoramento e Reuniões mensais comunitárias. A partir desta ferramenta, a Rede passou a contemplar maior número de militares, do serviço administrativo e operacional, nas chamadas visitas proativas, com preenchimentos de BAP – Boletim de Atendimento Proativo.

Nos anos de 2015 e 2016 foram realizados Encontros de Segurança Comunitária Participativa, congregando todos os presidentes e lideranças comunitárias das quadras, agora membros das RCS de moradores. O caminho percorrido mostrava que o regresso não seria mais possível, mas, sim, o avanço.

A Secretaria de Segurança Pública, através da Assessoria de Polícia Comunitária, desde 2013, também passou a adotar capacitação da população, através do CACS – Curso de Agentes Comunitários de Segurança, cujos formados não somente eram certificados, mas, tornaram-se câmeras-vivas da segurança pública, não somente voltados ao combate criminal, mas, à detecção dos problemas que afligem a comunidade.

Conselho Tutelar, Ministério Público, Defensoria Pública, além dos órgãos das polícias, passaram, assim, a trocar mais informações e necessidades, fazendo com que a Rede, de fato, engrenasse.

## **MISSÃO**

- Integrar e sistematizar as ações de polícia comunitária, no âmbito das unidades operacionais do CPC;
- Contribuir para o fomento da integração entre as forças de segurança e a comunidade, na preservação da ordem, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, com a segurança da liberdade e das garantias individuais;
- Tornar-se referência em políticas públicas para polícia de proximidade, através das ações ostensivas e preventivas, no campo da segurança pública.

## **OBJETIVOS DAS RCS**

- Estimular a comunidade regional, através dos diversos segmentos, a formar RCSs, colocando a PMTO como uma das diversas parceiras possíveis desta rede;
- Ofertar à comunidade em geral os produtos oferecidos pela PMTO, como cursos e capacitações, encontros, palestras e eventos direcionados à segurança pública;
- Divulgar as ações preventivas da Instituição e da Unidade;
- Oferecer uma resposta aos índices criminais a partir da vertente preventiva;
- Promulgar a Filosofia e Estratégia Organizacional de Polícia Comunitária;
- Reduzir os índices de furtos e roubos na área atendida.

## **POSSÍVEIS PARCEIROS DAS RCS**

As Redes objetivam conectar os diversos segmentos, fazendo com que cada envolvido possa oferecer seus produtos e serviços, bem como dar suporte para que os demais membros não somente usufruam dos serviços oferecidos, como, também, saibam como e onde acioná-los, a fim de que a engrenagem da rede venha a funcionar como se pretende.

Desta maneira, os possíveis parceiros das RCS podem vir das três esferas (municipal, estadual e federal), compreendendo Secretarias direta ou indiretamente ligadas à segurança pública e instituições privadas, passíveis de cooperações diretas ou indiretas. Podem contar ainda com associações ou entidades classistas, bem como parceiras que venham a agregar valores à busca da paz social. As RCS, assim, mostram-se como redes abertas e propícias a fortalecer os vínculos entre os órgãos de segurança pública e comunidade em geral.

## **PRODUTOS OFERECIDOS PELAS RCS A PARTIR DA PMTO**

As Redes Comunitárias de Segurança seguem a proposta de trabalho em rede, amplamente utilizada por instituições no Brasil. O direcionador das ações é a atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas públicas de segurança pública, no intuito de garantir o empoderamento da comunidade, para a construção de uma cultura de paz.

Dos inúmeros produtos possíveis de serem oferecidos pelas RCS, destacam, pela PM e SSP:

- Bases Comunitárias de Segurança, fixas e móveis – são locais de referência entre a comunidade e a PM, a fim de que as ações de polícia comunitária tenham um local de congregação de esforços para a busca das soluções dos problemas que afligem a comunidade local;
- Patrulhas especializadas de atendimento preventivo – são patrulhas criadas no intuito de atender público específico, como Escolar, Bancária, Violência Doméstica e demais criações, a cargo das unidades;
- Boletim de atendimento proativo – BAP – são boletins de atendimentos realizados de forma preventiva, congregando os preceitos do POP – Procedimento Operacional Padrão (Visita Cidadã, Solidária, Monitoramento e Reunião Mensal Comunitária);
- Reuniões para Autodiagnóstico proativo – reuniões realizadas com a comunidade (comerciantes, escolas, moradores, etc.), no intuito de se avaliar os pontos sensíveis e vulneráveis, preenchendo formulário específico;

- PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas e à violência, com todos seus subprodutos;
- RCP – Redes Comunitárias Protegidas – são Redes criadas a partir das RCS, no intuito de capacitar a população para, via CACS – Curso de Agentes Comunitários de Segurança, serem autofiscalizadores e fiscais da segurança pública entre os vizinhos. Como ícone da RCP, os vizinhos cursados ficam autorizados pela PM a afixar Placas de Identificação de Residências Monitoradas;
- Cursos de Segurança Comunitária Escolar Nível I – são cursos de curta duração (04h), em parceria com as DRE – Diretoria Regional de Ensino e Secretarias Municipais de Educação, para capacitação da comunidade escolar (diretores e orientadores educacionais);
- Curso de Segurança Comunitária Escolar Nível II – são cursos de curta duração (04h), em parceria com as DRE – Diretoria Regional de Ensino e Secretarias Municipais de Educação, para capacitação da comunidade escolar operacional (serviços gerais, merendeiras, vigilantes e porteiros);
- Centrais de monitoramento das RCS – são centrais de monitoramento, acompanhamento e orientações gerais, em segurança pública, através das Redes Sociais (*Whatsapp*), voltadas aos membros. Possui normativa específica e forma de atuação;
- Ações desportivas e sociais com integração comunitária – são atividades voltadas ao desporto e à prevenção, através da retirada do público-alvo, em situação de vulnerabilidade, da exposição;
- RCS em ação – são eventos de mobilização social com o intuito de atingir um fim específico, podendo ser social, desportivo, interacional ou mesmo lúdico, desde que se proponha à interação e integração entre a comunidade e a PM;
- Curso de Agentes Comunitários de Segurança – são cursos oferecidos pela SSP, com 12 horas/aula, certificados, e que objetivam a capacitação de lideranças comunitárias para atuarem em parceria com a polícia no desenvolvimento de ações que visem à prevenção da criminalidade e o bem estar social;
- Encontros Regionais/Locais de Polícia Comunitária – são encontros para disseminar boas práticas, divulgar produtos e serviços ou outras necessidades de interesse comunitário;
- RCS monitorada – são interações sociais entre os órgãos de segurança pública e comunidade, através das redes sociais, via aplicativos de trocas de mensagens. Podem ser divididas em:
  - RCS Comercial - É a rede formada a partir de comércios, cuja mobilização deve ser iniciada por reuniões locais, levantamentos de necessidades e instigações de participação junto aos grupos. Cada região possui um perfil de comércios, devendo os grupos seguirem o perfil local, a fim de causar a sensação de pertencimento e, por conseguinte, o envolvimento na mobilização;
  - RCS Residencial - É a rede formada por bairros, áreas residenciais ou de acordo com a realidade local. No plano diretor da capital, são

estipuladas as Quadras, cuja numeração e localização (Norte ou Sul) dão nome ao grupo (Ex: RCS 1003 Sul). É importante que cada grupo residencial, fomentado pelo Batalhão, possua administrador com perfil desejado, seja o presidente da quadra ou liderança comunitária, a fim de que este possa fazer parte de um grande grupo, contendo somente os presidentes e lideranças da área abrangida pelo Batalhão. O intuito maior é participar de todos os grupos (01 por quadra) da capital, porém, para disposição EM REDES, opta-se por centralizar as lideranças em um único grupo;

- RCS Escolar - É a rede formada por diretores e orientadores educacionais das escolas públicas e particulares, municipais, estaduais ou federais, da capital. Possui fomento e participação direta da DRE - Diretoria Regional de Ensino, cuja participação se dá através das formações conjuntas com a PM, via palestras, cursos e capacitações para a comunidade escolar local;
- RCS Industrial - É a rede formada pela malha industrial da cidade, em sua maioria constante no setor industrial. Possui os representantes das indústrias e comércios distribuidores da área industrial, cuja participação é fomentada pelas Patrulhas Comerciais;
- RCS diversas - São as redes criadas como RCS, mas, não pertencentes a grupos ou áreas específicas. Devem fazer parte destas redes os grupos formados com o intuito previsto nesta diretriz, mas de gênese alheia. Atualmente encaixam RCS de ex-alunos do CPM Palmas e Postos de Gasolina

## **DETALHAMENTO DOS PRODUTOS OFERECIDOS PELA PM NA REDE**

Como forma de garantir uma aproximação mais técnica, norteada e, sobretudo, profissional, a PM, através das RCS expõe que todas as ações de polícia comunitária passem a adotar a nomenclatura RCS, vinculada ao respectivo trabalho. O intuito é fortalecer as ações, as práticas, a identidade institucional e a integração entre os membros da Rede.

Cada Unidade tem a autonomia de ações em polícia comunitária, mas, vincular-se à marca, ao formato técnico, ao produto oferecido e aos resultados é fator preponderante para o êxito.

## **RCS MONITORADA**

### Objetivos

- Integrar os diversos parceiros da RCS através do uso de aplicativos de redes sociais, como o *whatsapp*;
- Aumentar a participação popular na detecção, priorização e resolução dos problemas que afligem a comunidade;

#### Objetivos específicos

- Fluir a informação em segurança pública, vinculada ao grupo de interesse, excluindo-se as problemáticas exteriores ao grupo;
- Reduzir a sensação de insegurança, baseados, principalmente, em fragmentos de notícias e boatos;
- Instigar a comunidade a participar da segurança pública, atendendo ao preceito constitucional;
- Tornar a comunidade câmeras-vivas na segurança pública.

#### Metodologia

- Criação e acompanhamento: conforme POP de Criação dos grupos;
- Monitoramento: a partir das Centrais de Monitoramento, com regras específicas e mensagens padronizadas, conforme Anexos;
- Mapeamento de atividades: conforme propostas da unidade, em termos de acompanhamento e disseminação das ações de polícia comunitária;
- Utilização, de preferência, de profissional habilitado em mídias sociais, podendo ser o P/5 da unidade.

## **RCS EM AÇÃO**

#### Objetivos

- Implantar na área uma filosofia de ações “Rede Comunitária de Segurança em Ação” visando fomentar a empatia e a integração entre a comunidade local e ações, serviços e produtos oferecidos pela Polícia Comunitária, aproximando a comunidade e estimulando as pessoas a cumprirem com seu papel em relação à segurança pública, entendendo que, tão ou mais importante que a reação aos delitos, é a prevenção deles, quer seja participando de ações pontuais promovidas pelas Redes Comunitárias de Segurança, quer seja desenvolvendo projetos sociais na comunidade local. Toda ação cívica, social e comunitária, realizada pelos órgãos de segurança pública, precisa possuir o mesmo nome, complementado pela ação propriamente dita.

#### Objetivos específicos

- Promover atividades esportivas, recreativas, educativas, ambiental e sociocultural;
- Promover o reconhecimento e a valorização dos participantes acerca dos princípios e valores dos órgãos de segurança pública;
- Internalizar nos participantes a responsabilidade e o voluntariado social no fomento à segurança comunitária;

#### Metodologia

- Identificar características, aptidões e necessidades da comunidade local;
- Propor, através de parceiros da Rede, o modelo que melhor se aplica à comunidade. Ex: se a atividade será voltada para o esporte, cultura, educacional, qualificação profissional;
- Oferecer, através dos membros da Rede, suporte técnico e logístico para o evento e, posteriormente, para projetos que estejam em andamento na comunidade, bem como, para implantação de projetos sociais.

## **PROJETOS SOCIAIS**

A implantação e/ou a manutenção de projetos sociais que contribua com a RCS local para a manutenção da ordem pública, sensação de segurança, diminuição de grupos de riscos e vulnerabilidade social, é, sem dúvida, um dos principais legados que a Rede pode deixar. Nesse sentido, os membros da Rede apoiarão com *know-how* e apoio logístico, projetos sociais existentes, bem como, implantação de novos projetos promovendo parcerias entre a associação de moradores, comunidade, empresariado e instituições públicas.

Objetivos gerais, específicos e metodologia livre, desde que atentem aos princípios norteadores de Polícia Comunitária, previstas no Manual de Promotor e Multiplicador de Polícia Comunitária.

## **ENCONTROS DE SEGURANÇA COMUNITÁRIA PARTICIPATIVA**

### Objetivos

- Integrar lideranças comunitárias órgãos de segurança pública;
- Aumentar a sensação de segurança na comunidade local;
- Trazer experiências locais e nacionais como política de proximidades;
- Reduzir taxas de criminalidade;
- Aumentar a sensação de segurança.

### Objetivos específicos

- Propor interação e integração entre presidentes de associações de moradores, lideranças comunitárias e organizações diversas;
- Colher boas práticas e experiências em polícia comunitária, através da disseminação coletiva de atividades;
- Experimentar modelos de polícia comunitária de outras regiões, propondo alternativas eficientes e eficazes nesta política;
- Ofertar à comunidade os serviços em segurança pública, através dos órgãos responsáveis e parceiros locais;
- Disseminar ações de caráter preventivo, ostensivo e assistencial, desenvolvidas pelas comunidades, como forma de integração e aumento de sensação de segurança.

## Metodologia

- O evento deve congrega as lideranças comunitárias, presidentes de associações e comunidade organizada, em ONGs, instituições beneficentes e outras que tenham relação direta ou indireta com segurança pública.
- Na busca dos objetivos, deve ser realizada ampla divulgação junto às RCS, bem como, instituições envolvidas no ciclo de persecução criminal. As ações de mobilização social são, na maioria dos eventos, fator preponderante para o seu sucesso ou não.

## RCP – REDES COMUNITÁRIAS PROTEGIDAS

É a extensão das RCS, ampliada em determinada área, a partir de capacitação específica, com intuito de se criar redes mais sólidas, presenciais, marcadas fisicamente com Placas de Identificação padrão para as RCP.

Surge em razão de se perceber que as viaturas atendem diariamente ocorrências as quais, sem o apoio da comunidade, não conseguem ter resultados diferenciados, quando se tratar de infrações, crimes, medo do crime ou desordens em geral.

Surge também em razão de alguns estados já terem experimentado formas de atuação comunitária em que a população é partícipe, nas chamadas “Redes de vizinhos protegidos”, em Minas Gerais, Vizinhança Solidária, na Polícia Militar de São Paulo e em outros estados, com projetos semelhantes. Aqui no Tocantins, através do 1º Batalhão, a ideia central do projeto é que os próprios vizinhos e parceiros da PM sejam “Câmeras Vivas” adotando estratégias de prevenção, orientados pela Polícia Militar, protegendo-se mutuamente, interagindo de forma solidária e repassando informações a Polícia.

Dentro da perspectiva de Polícia Comunitária, a criação das Redes Comunitárias de Segurança é o ponto de interesse para a consolidação do projeto. A criação das Redes Comunitárias Protegidas depende da mobilização das quadras, para fins de implantação, pois sem mobilização, a rede não atinge seu objetivo.

### Objetivos

- Ampliar a participação social, através da proatividade familiar;
- Dotar as residências com Placas de Identificação, a fim de criar vínculo entre a proposta e a prática preventiva;
- Aumentar a sensação de segurança local.

### Objetivos específicos

- Mobilizar a comunidade para a consecução dos objetivos em segurança pública;

- Instigar lideranças comunitárias a mobilizarem-se, formando “elos de segurança” entre as residências locais;
- Dotar a comunidade com capacitação em Agentes Comunitários de Segurança, requisito para a participação no projeto;
- Empoderar a comunidade local com estratégias preventivas, ferramentas úteis em segurança pública e aproximação comunitária;
- Caracterizar as residências envolvidas no projeto com Placas de identificação, tornando estas comunidades verdadeiras “câmeras vivas da comunidade”;
- Reduzir os índices criminais;
- Aumentar a sensação de segurança local.

### Metodologia

A criação das RCP devem seguir rigorosamente as etapas, visto que sua formalização dependerá não somente da mobilização social, como, também, da participação proativa de todos os membros envolvidos.

- Sensibilização das pessoas - mobilização comunitária através da instigação via redes, via palestras ou outro encontro que se fizer necessário, junto à comunidade pretensa. Quanto maior a mobilização dos envolvidos, mais abrangente será a rede criada;
- Reunião diagnóstica - realizada pelo comando local, deve conter a participação da comunidade, cujos apontamentos devem levar a crer que há a intenção criativa e há a necessidade ostensiva. É fator motivacional para seguimento às etapas seguintes;
- CACS - Curso de Agentes Comunitários de Segurança - passo mais importante, pois consiste na realização de capacitação para que os moradores entendam a dinâmica da segurança pública, através das seguintes matérias:
  - 1) Conceito e fundamentos de Polícia Comunitária;
  - 2) Funções constitucionais das Polícias elencadas no art. 144 da Constituição Federal da República de 1988;
  - 3) Interação entre os agentes comunitários de segurança e as Forças de Segurança Pública;
  - 4) Abordagem Policial (Princípios legais, importância e como se comportar ao ser abordado);
  - 5) Reconhecendo um potencial infrator (roubo, furto, estelionato, etc.);
  - 6) Canais de comunicação com as Forças de Segurança Pública;
  - 7) Rede Comunitária de Segurança e Rede Comunitária Protegida;
  - 8) Prevenção ao uso indevido de drogas ilícitas.
- Afixação de Placas Identificadoras - seguidas as etapas anteriores, os moradores da quadra ficam autorizados a afixar placas identificadoras do projeto, padronizadas conforme Anexos, cuja regulamentação é prevista no projeto das RCP. Tal afixação deve seguir normativa específica, visto que a mera participação do morador não enseja autorização de afixação da placa,

mas, a participação de vários moradores, vizinhos entre si, para que se criem “elos de segurança” entre eles.

- Após lançada a Rede Comunitária Protegida, as diretrizes de funcionamento devem ocorrer no intuito de se alinhar, constantemente, aos objetivos a que se destina.

### **Diretrizes de funcionamento das RCP**

A Rede Comunitária Protegida consiste no conjunto de moradores do bairro, agrupados em laços de até cinco residências circunvizinhas. Como a rede é entrelaçada, uma residência poderá pertencer a dois grupos. O principal objetivo de cada laço é a integração de todos os componentes para a atuação de forma mútua e comprometida. Para tanto, é necessário conhecer o seu vizinho, seus contatos e seus hábitos. A rede bem estruturada pode proporcionar condições mais adequadas para a discussão de problemas com maior complexidade, facilitando a tomada de decisões. Após a formação do laço, a unidade autoriza o morador concluinte do CACS a afixar a placa de residência monitorada, uma vez que este se condicionou a se tornar “Câmera Viva” (vizinhos), em parceria com a Polícia Militar.

- Criar a Rede de Verificação: A rede de verificação é a formação de uma cadeia de contatos de uma residência para a outra. Os integrantes da rede estabelecem a forma de atuação considerando a escala, horários, frequências, senha e outros fatores relevantes; geralmente, pode ser feita através do telefone e outras formas de comunicação, como os grupos via *whatsapp*;
- Criar a Rede de Vigilância Mútua: É o processo de observação explícita ao movimento nas imediações da residência vigiada, com a intenção de perceber a presença de pessoas ou veículos estranhos ou em atitude suspeita. O processo ocorre como se fosse “câmera viva” na comunidade: ao avistar casos de suspeição, um sinal de perigo é dado através de som (apito, por exemplo) ou através de códigos combinados semanalmente, sendo feita uma agitação, barulheira, de forma a ativar toda a rede comunitária protegida. Caso ocorra uma constatação de um crime em andamento, outras formas a serem acertadas entre os vizinhos e a PMTO podem ser criadas, no intuito de facilitar a comunicação entre as partes;
- Detectar e solucionar pontos vulneráveis: É um inibidor de oportunidades de práticas de crime. Isso é feito com a instalação de luzes, câmeras, dispositivos de segurança ou outros, pensado pela própria rede.

### **PALESTRAS PADRONIZADAS**

Objetivo

- Possuir banco de palestras, formatadas e padronizadas, com slides-mestre e identidade institucional.

#### Objetivos específicos

- Incentivar a realização de palestras sobre diversos temas;
- Manter banco de dados permanente de palestras com formatação específica;
- Facilitar a dinâmica de realização de palestras.

#### Metodologia

- Disponibilizar, via site da PM, um banco de palestras, fomentando os militares na produção, aperfeiçoamento e disseminação de palestras padronizadas;
- Criar calendário temático das unidades, visando à realização das atividades de palestras.

## **AUTODIAGNÓSTICOS PROATIVOS**

#### Objetivo

- Ocasionar a reflexão-ação, por parte do cidadão, no que tange às ações/omissões em termos de segurança pública.

#### Objetivos específicos

- Fomentar a autoanálise situacional, dos comércios, residências e locais em geral, a partir de formulários e acompanhamentos;
- Criar uma rotina de autovigilância e percepção;
- Fomentar a visita cidadã e solidária, por parte dos policiais militares, para a detecção, priorização e solução dos problemas.

#### Metodologia

- Realização de visitas cidadãs e solidárias, com a disponibilização do formulário;
- A partir do formulário, acompanhar a detecção dos pontos sensíveis e vulneráveis, informando quais as posturas deverão ser adotadas na busca da resolução dos problemas apontados;
- Registrar, na unidade, as localidades visitadas, para cobertura de eventuais questionamentos/instigações midiáticas, em torno de crimes ocorridos em locais anteriormente visitados.

## ANEXO I – AUTODIAGNÓSTICO PROATIVO COMÉRCIOS



Missão da PMTO: "Assegurar a ordem pública no território tocantinense, através do exercício da polícia ostensiva, buscando a excelência e a parceria com a comunidade."

### AUTODIAGNÓSTICO PROATIVO COMERCIAL

Este formulário deve ser preenchido por você, através de uma avaliação de seu estabelecimento comercial, a fim de que realize o Autodiagnóstico proativo. Reconhecer pontos sensíveis e vulneráveis nos comércios é fator preponderante para a mudança de cultura de segurança, bem como fortalecimento das práticas preventivas.

Analise cada item abaixo e, após instrução do militar responsável, marque se seu estabelecimento possui ou não o ponto observado, bem como colete a observação necessária, a fim de providenciar adequação.

Bom diagnóstico!!!

#### AMBIENTE EXTERNO

Ponto observado	Sim	Não	Em que posso mudar?
Trânsito de pessoas			
Iluminação diurna			
Iluminação noturna			
Fluxo de veículos			
Vizinhos conhecidos			
Muros altos seguros			
Cercas elétricas			
Portões de acesso			
Porteiros eletrônicos			
Animais de guarda			
Árvores e lixo			
Idoneidade dos vizinhos			
Objetos de valor			

### **AMBIENTE INTERNO**

Ponto observado	Sim	Não	Em que posso mudar?
Pontos cegos			
Iluminação deficiente			
Janelas frágeis			
Grades e sistemas			
Portas frágeis			
Trancas frágeis			
Sistemas de alarme			
Sistemas de câmeras			
Lajes e forros			
Telhados acessíveis			
Sistema elétrico			
Sistema hidráulico			
Porões e sótãos			
Caixa vulnerável			
Balcões vulneráveis			
Objetos expostos			
Acessos e fugas			
Cofres e valores			

### **FUNCIONÁRIOS**

Ponto observado	Sim	Não	Em que posso mudar?
Idoneidade			
Comprometimento			
Contatos telefônicos			
Treinamento segurança			
Transporte de valores			
Permissões de acesso			
Controle de chaves			
Controle de estoque			
Acessos em dia de folga			
Funções e desvios			
Comissões e benefícios			

### **FLUXOS DE PESSOAL E FINANCEIRO**

Ponto observado	Sim	Não	Em que posso mudar?
Sangria de caixa			
Fechamento de caixa			
Controle de cartões			

Máquinas e senhas			
Registros e baixas			
Qualificação profissional			
Rotatividade funcional			
Transporte de valores			

**Nome do Comandante da Unidade**  
**Comandante da xx unidade PM**

## ANEXO II – AUTODIAGNÓSTICO PROATIVO RESIDÊNCIAS



GOVERNO DO  
**TOCANTINS**

*Missão da PMTO: "Assegurar a ordem pública no território tocaninense, através do exercício da polícia ostensiva, buscando a excelência e a parceria com a comunidade."*

### **AUTODIAGNÓSTICO PROATIVO RESIDENCIAL**

Este formulário deve ser preenchido por você, através de uma avaliação de sua residência, a fim de que realize o Autodiagnóstico proativo residencial. Reconhecer pontos sensíveis e vulneráveis em sua residência é fator preponderante para a mudança de cultura de segurança, bem como fortalecimento das práticas preventivas.

Analise cada item abaixo e, após instrução do militar responsável, marque se sua residência possui ou não o ponto observado, bem como colete a observação necessária, a fim de providenciar adequação.

Bom diagnóstico!!!

#### **AMBIENTE EXTERNO**

Ponto observado	Sim	Não	Em que posso mudar?
Trânsito de pessoas			
Iluminação diurna			
Iluminação noturna			
Fluxo de veículos			
Vizinhos conhecidos			
Muros altos seguros			
Cercas elétricas			
Portões de acesso			
Porteiros eletrônicos			
Animais de guarda			
Árvores e lixo			
Idoneidade dos vizinhos			
Objetos de valor			

### **AMBIENTE INTERNO**

Ponto observado	Sim	Não	Em que posso mudar?
Pontos cegos			
Iluminação deficiente			
Janelas frágeis			
Grades e sistemas			
Portas frágeis			
Trancas frágeis			
Sistemas de alarme			
Sistemas de câmeras			
Lajes e forros			
Telhados acessíveis			
Sistema elétrico			
Sistema hidráulico			
Porões e sótãos			

### **EMPREGADOS / PRESTADORES DE SERVIÇOS**

Ponto observado	Sim	Não	Em que posso mudar?
Idoneidade			
Comprometimento			
Contatos telefônicos			
Conhece toda a casa			
Tem acesso a valores			
Tem senhas da casa			
Controla chaves/trancas			
Tem permissão de retiradas de objetos			
Acessos em dia de folga			

**Nome do Comandante da Unidade**  
**Comandante da xx unidade PM**

## **ANEXO III – DETALHAMENTOS SOBRE AS RCS MONITORADAS**

### **ELEMENTOS INDISPENSÁVEIS PARA CRIAÇÃO DAS RCS**

#### **Comunidade unida**

Não há ação de polícia comunitária que sobreviva em comunidades pouco mobilizadas. A PM deve verificar os fatores de coesão e mobilização da comunidade e continuar na instigação à participação social. É pela comunidade que deverá surgir a vontade, a participação e, conseqüentemente, os frutos colhidos.

#### **Poder de resposta da PM**

A criação das RCS está vinculada ao poder de resposta institucional. Seja qual dinâmica utilizada pela Unidade, o poder de resposta não poderá ultrapassar os limites aceitáveis em segurança pública. Ressalta-se sempre que as RCS NÃO POSSUEM CARÁTER EMERGENCIAL, mas canal de comunicação e deliberação entre a PM e a comunidade, na busca dos anseios comuns.

#### **Disponibilidade de Centrais de monitoramento e acompanhamento**

As centrais de monitoramento são pressupostos básicos para a efetividade das RCS. Devem contar com:

- 01 (um) ou mais aparelhos celulares smartphones, para acesso *Whatsapp*;
- 01 (um) ou mais linhas telefônicas ativas;
- 01 (um) ou mais computadores com acesso à internet, para acesso *whatsapp web*;
- 01 (um) ou mais profissionais habilitados para criação, manutenção, respostas e demais atividades inerentes às RCS. Opta-se, por trabalhar com mídias, os ASCOMs das Unidades. Cabe a cada comando operacionalizar a melhor forma de participação;
- Demais recursos logísticos que se fizerem necessários para otimização dos resultados.

#### **Capacidade de mobilização da PM**

As mobilizações da PM precisam alcançar as comunidades nas quais se pretendem criar as RCS. Sejam comerciais, residenciais ou escolares, as mobilizações da PM, para que as reuniões aconteçam, devem ocorrer de forma estratégica. Opta-se, por diversas vezes, em realizar reuniões em “carona” com reuniões previamente agendadas. São estratégias de proximidades que garantem a mobilização posterior, por parte da própria comunidade.

#### **Poder de comunicação em massa**

A estratégia de utilizar o ASCOM da Unidade para o monitoramento das redes contempla interesses como: contato direto com mídias da unidade (Facebook, Instagram, Tweeter e outros), contato com *releases* e reportagens diversas, bem como, habilidade comunicativa para interação.

## **ANEXO IV - PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO PARA CRIAÇÃO DAS RCS**

### **ATIVIDADES CRÍTICAS**

1. Detecção das áreas afins para criação das RCS
2. Contatos preliminares com comunidade
3. Criação e fomento das RCS

### **SEQUÊNCIA DAS AÇÕES**

1. Detectar quadra sem RCS criada;
2. Acionar Presidente de Associação de moradores ou liderança comunitária;
3. Informar questões atinentes às RCS, como forma de uso, aplicabilidade e funcionalidades, dentro da segurança pública;
4. Propor realização de reunião comunitária, para mobilização social e criação formal da RCS;
5. Realizar reunião comunitária, com informações sobre as RCS, formas de criação e condução dos trabalhos, colocando a população para gerir e administrar a RCS;
6. Inserir presidente ou líder comunitário no grupo da RCS central, para acionamento em Rede;
7. Auxiliar na criação e execução do grupo, repassando diretrizes e avisos de caráter geral;
8. Orientar os membros, via Rede, para que as ações do grupo estejam focadas em segurança pública;
9. Monitorar, via Rede, as práticas dos grupos.

### **RESULTADOS ESPERADOS**

1. Que a população perceba a necessidade de mobilização social como forma de buscar a resolução dos problemas que afligem a comunidade;
2. Que o membro da RCS se torne um agente ativo na promoção da segurança;
3. Que ocorra o fenômeno da empatia entre os policiais militares e a RCS criada, estreitando laços;
4. Que sejam obtidos dados precisos para a melhoria do serviço policial;
5. Que o policial seja parte integrante da comunidade, contribuindo para o aumento do nível de sensação de segurança daquela região;
6. Que a Rede funcione como canal de comunicação NÃO EMERGENCIAL entre a Polícia Militar e a rede criada;
7. Que a imagem da PM continue fortalecida perante a sociedade;

### **AÇÕES CORRETIVAS**

1. Caso o membro do grupo seja contrário à sua inserção, informar sobre os prejuízos da sua saída, mas, não insistir em inserir pessoas não adequadas ao sistema;

2. Caso algum membro utilize as RCS de forma indevida, deve ser advertido e, na permanência do erro, será inabilitado por sete dias. Na continuidade do erro, será excluído do grupo;
3. Caso o membro da RCS utilize o ambiente para fins políticos, deixar clara a funcionalidade do grupo e, na permanência, exclusão direta.

### **POSSIBILIDADES DE ERRO**

1. Criar RCS sem a liderança participar;
2. Avocar para si a responsabilidade da mobilização ou estruturação dos grupos, visto ser fator de sucesso, se mobilizado pela própria comunidade;
3. Desconsiderar as peculiaridades de cada grupo, se comercial, residencial ou escolar, dentre outros;
4. Deixar de dar a devida atenção às pessoas solicitantes, nos grupos, mesmo de forma diversa da proposta;
5. Entrar em debates desnecessários ou pessoais, nos grupos;
6. Deixar de seguir as regras do grupo, mesmo como administradores;
7. Ser administrador de RCS de moradores, exceto se for membro da quadra monitorada.

## ANEXO V – AVISOS PADRONIZADOS PARA RCS MONITORADAS



### POLÍCIA MILITAR DO TOCANTINS COMANDO DO POLICIAMENTO DA CAPITAL

#### Sumário contendo avisos padronizados para RCS

#### Sumário

MENSAGENS INICIAIS.....	26
Boas vindas.....	26
Resposta inicial à chamamento no privado .....	26
Inserção do administrador no grupo .....	26
Pedidos para inserção de moradores.....	26
ORIENTAÇÕES E REGRAS .....	26
Objetivos das RCS.....	26
O que se espera das RCS .....	27
Regras do grupo.....	27
Advertência inicial (particular).....	28
Advertência no grupo .....	28
ENCERRAMENTOS .....	29
Encerramento padrão de mensagens.....	29
INSTRUÇÕES GERAIS .....	29
Instruções gerais .....	29
Dicas de segurança .....	29
Orientações diversas .....	30
.....	31

As mensagens abaixo fazem parte da estratégia institucional das RCS MONITORADAS, as quais precisam ser padronizadas, a fim de que se atinjam o fim a que se destinam.

Sendo assim, é de suma importância que os operadores das RCS, através das Centrais de Monitoramento, façam as observações seguindo o que preceitua este modelo.

## **MENSAGENS INICIAIS**

### **Boas vindas**

Olá, tudo bem?

A Polícia Militar sente-se honrada em poder contar com você nesta nova ferramenta de interação entre a PM e a comunidade.

### **Resposta inicial à chamamento no privado**

RCS Paraíso, em que podemos ajudar?

### **Inserção do administrador no grupo**

Você já está no grupo das Redes Comunitárias de Segurança e já está também como administrador. Daqui em diante, você também será responsável por fazer as novas inclusões.

### **Pedidos para inserção de moradores**

Solicitamos que entre em contato com seu presidente de bairro ou liderança comunitária para mais informações. Caso ele ainda não tenha sido instruído pela PM, convide-o a participar. Caso não tenham representantes em sua região, elejam um representante para que este procure a PM, a fim de que seja instruído e, assim, possa administrar um grupo das RCS.

## **ORIENTAÇÕES E REGRAS**

### **Objetivos das RCS**

As RCS fazem parte da estratégia institucional de aproximação entre a PM e a comunidade. Os objetivos das RCS são:

- ✓ Fomentar a comunidade, através dos diversos segmentos, a formar GRUPOS DE SEGURANÇA PÚBLICA NOS APLICATIVOS DAS REDES SOCIAIS, INTITULADOS RCSs, SEGUIDOS DO NOME DA REDE.
- ✓ Oferecer à população consultoria no campo da segurança pública a partir de dúvidas, informações, orientações e argumentos pautados na legislação vigente;
- ✓ Ofertar à comunidade em geral os produtos oferecidos pela PMTO, como cursos e capacitações, encontros, palestras e eventos direcionados à segurança pública;
- ✓ Divulgar, com ações preventivas, o nome da Instituição e da Unidade;
- ✓ Oferecer uma resposta aos índices criminais a partir da vertente preventiva;
- ✓ Promulgar a Filosofia e Estratégia Organizacional de Polícia Comunitária;
- ✓ Reduzir os índices de furtos e roubos a transeuntes e estabelecimentos comerciais da área atendida;
- ✓ Aumentar a sensação de segurança da comunidade.

### **O que se espera das RCS**

Com a difusão das RCS, a PM espera:

- ✓ Que a população perceba a necessidade de mobilização social como forma de buscar a resolução dos problemas que afligem a comunidade;
- ✓ Que o membro da RCS se torne um agente ativo na promoção da segurança;
- ✓ Que ocorra o fenômeno da empatia entre os policiais militares e a RCS criada, estreitando laços;
- ✓ Que sejam obtidos dados precisos para a melhoria do serviço policial;
- ✓ Que o policial seja parte integrante da comunidade, contribuindo para o aumento do nível de sensação de segurança daquela região;
- ✓ Que a Rede funcione como canal de comunicação NÃO EMERGENCIAL entre a Polícia Militar e a rede criada;
- ✓ Que a imagem da PM continue fortalecida perante a sociedade

### **Regras do grupo**

A Polícia Militar, por meio das RCS - Redes Comunitárias de Segurança, vem divulgar a **NORMATIVA DOS GRUPOS DAS RCS**

1 – Não publique nenhuma informação que não esteja relacionada com a **SEGURANÇA**;

2 – Antes de publicar qualquer informação, tenha o cuidado de verificar a veracidade da informação;

3 – NÃO PUBLIQUE NENHUMA INFORMAÇÃO, FOTOS OU IMAGENS QUE POSSAM GERAR REPUGNÂNCIA OU CONFLITO DESNECESSÁRIOS;

4 – Aquele(a) que por acaso publicar uma informação por acidente no GRUPO, deve se retratar imediatamente;

5 – Todos somos fiscais das publicações no GRUPO e temos o dever de lutar pela harmonia do GRUPO;

6 – Fica vedado chamar à atenção ou orientar a respeito de publicação em desacordo com o objetivo do GRUPO no PRÓPRIO GRUPO;

7 – Chame à atenção ou oriente no PV daquele (a) que realizou a publicação em desacordo com o objetivo do GRUPO;

8 – Ficando evidenciada a deliberada desobediência às estas NORMATIVAS na conversa no PV, O ORIENTADOR deverá copiar e colar ou compartilhar a conversa no PV do administrador do GRUPO, a fim de que este analise a conversa e decida se o teor da conversa cabe REMOÇÃO ou não;

9 – Aquele(a) que insistir em publicar mensagem em desacordo com o objetivo do GRUPO, será REMOVIDO (A).

Não temos interesse de REMOVER ninguém. Todavia aqueles (as) que provarem não saber viver em sociedade, não souber obedecer às regras sociais e, se mostrar irreconciliáveis, serão REMOVIDOS do GRUPO.

### **Advertência inicial (particular)**

Após observadas postagens em desacordo com a Normativa dos grupos das RCS, orientamos o Sr. (a) a observar tais regras, a fim de que continuemos com a credibilidade e usabilidade dos grupos.

### **Advertência no grupo**

Após observadas postagens em desacordo com a Normativa dos grupos das RCS, orientamos publicamente os membros a observarem tais regras, a fim de que continuemos com a credibilidade e usabilidade dos grupos.

A Central de Monitoramento das RCS tem observado um alto índice de publicações indevidas os Grupos da Rede Comunitária de Segurança Comercial, bem como:

1 – Crianças utilizando celulares dos pais e postando áudios e mensagens indevidas;

2 – Matérias com fotos/vídeos repugnantes;

3 – Compartilhamento de matérias inverídicas e sem a prévia confirmação da mesma;

4 – Matérias em desacordo com o objetivo geral da RCSC – Rede Comunitária de Segurança Comercial;

Solicitamos a compreensão dos membros do grupo, a fim de que não venhamos a perder a valorosa participação dos senhores.

## **ENCERRAMENTOS**

### **Encerramento padrão de mensagens**

Polícia Militar: Nossa missão é assegurar a ordem pública no território tocantinense, através do exercício da polícia ostensiva, buscando a excelência e a parceria com a comunidade.

PALMAS-TO, 19 de setembro de 2017.

## **INSTRUÇÕES GERAIS**

### **Instruções gerais**

Como mencionado anteriormente, as inclusões de novos membros são responsabilidade dos administradores, a partir da relação comunitária que vocês possuem, bem como do estreitamento de ações entre vocês e a comunidade.

Ficamos no aguardo de novos membros e sigamos juntos!

### **Dicas de segurança**

A Polícia Militar, através das RCS, informa que qualquer cidadão pode auxiliar na segurança pública, ao avistar veículos em atitude suspeita.

O governo federal disponibiliza, gratuitamente, um aplicativo para celulares, o SINESP Cidadão. Com ele, é possível pesquisar placa de veículo, cuja resposta não envolve IPVA, mas restrições de furto ou roubo. Na consulta, aparecem dados como marca, modelo, ano, cor e final do chassi. Desta maneira, é possível confirmar se dados procedem.

Clique no link abaixo e tenha essa ferramenta útil na segurança pública.

<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.gov.sinesp.cidadao.android>

Polícia Militar. Nossa missão é assegurar a ordem pública no território tocantinense, através do exercício da polícia ostensiva, buscando a excelência e a parceria com a comunidade.

A Polícia Militar, através das RCS – Redes Comunitárias de Segurança, desenvolverá nestes próximos dias uma mobilização em prol da segurança pública.

Intitulada RCS em Ação, a proposta visa captar informações, denúncias e queixas sobre PONTOS DE TRÁFICO E USO DE ENTORPECENTES.

A PM desenvolve ações de repressão nestes pontos, mas, com a participação da população, esta missão terá um sucesso ainda maior.

Desta maneira, convidamos você a replicar esta mensagem, encaminhando as denúncias e queixas para os nossos contatos:

(63) xxxx-xxxx (Pode ser da Central de Monitoramento ou outro)

Polícia Militar: Nossa missão é assegurar a ordem pública no território tocantinense, através do exercício da polícia ostensiva, buscando a excelência e a parceria com a comunidade.

PALMAS-TO, 27 de setembro de 2017.

### **Orientações diversas**

(À escolha da Central de Monitoramento)



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLAU, P.M. e SCOTT, S.R. Organizações formais: uma abordagem comparativa. 1ed. São Paulo: Atlas, 1970.

CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar. Contribuições da Psicologia Social ao estudo de uma comunidade ribeirinha no Alto Solimões: redes comunitárias e identidades coletivas. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento Comunitário: Como Começar. RJ: POLICIALERJ, 1994, p.04.

DALBOSCO, Jari Luiz et al. Curso nacional de promotor de polícia comunitária. Brasília-DF: Secretaria, 2007.

BRANDÃO, Ailton A. et al. Curso Internacional de Multiplicador de Polícia Comunitária: Sistema Koban. Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania–Pronasci, v. 3.

